

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PA Nº 5211/2013

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 12 de dezembro de 2018, às 14hs, o Excelentíssimo Desembargador-Presidente, Platon Teixeira de Azevedo Filho, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente, Paulo Sérgio Pimenta, o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Presidência Kleber de Souza Waki, o Excelentíssimo Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região, Cléber Martins Sales, o Excelentíssimo Desembargador Elvecio Moura dos Santos, Secretario-executivo da Escola Judicial, representado pelo servidor Gil César Costa de Paula, e os servidores M Ricardo Webster P. de Lucena - Diretor-Geral, Marcelo Marques de Matos - Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Adolfo Medeiros - Assessor da Presidência, Cléber Pires Ferreira - Secretário-Geral Judiciário, Maria José de Lourdes - Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Flávia Valeska de Oliveira Costa - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, representada pelo servidor Bruno Barbosa Dib, Cássia Maria Sebba Kafuri - Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Maísa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos, representada pela servidora Thaís Artiaga Esteves Nunes, Adnólia Pereira De Oliveira Aires - Chefe do Núcleo de Relações Institucionais e Cerimonial, Gabriela Brito de Castro - Chefe da Gerência de Saúde, Augusto Claudino Dias - Chefe do Núcleo de Gerenciamentos de Precedentes, Suzana Lage Ferreira - Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Hugo da Silva da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, Marcos Balduino de Oliveira - Diretor da Secretaria de Controle Interno, Wilane Carlos da Silva Massarani - Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Márcia Divina Bueno Rosa - Coordenadora da Coordenadoria de Comunicação Social, Lara Cristina Nercessian Barros - Chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental, Robnaldo José Santos Alves - Diretor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa, Elmo César Coevas Loubet, Diretor da Secretaria de Recursos de Revista, Murilo de Barros Carneiro - Diretor da Secretaria de Gerenciamento do PJE, Joelson da Conceição Lisbôa - representando a Associação dos Servidores da Justiça Trabalhista do Estado de Goiás e Diretor da Secretaria de Distribuição de Mandados Judiciais, Jorge Luis Machado - Secretário da Ouvidoria, Thiago Domiciano de Almeida - Assessor do Gabinete da Vice-Presidência, Hugo Timo Neto - Assessor do Gabinete da Vice-Presidência, Mateus Vargas Mendonça - servidor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa, Rafael Ramos Tavares - Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus da Divisão de Estatística e Pesquisa, Wanice Cabral Quixabeira - Chefe da Seção de Planejamento da Secretaria de Gestão Estratégica, Eliana Borba Rodrigues - servidora da Seção de Escritório de Projetos, Hilberto Einstein Mendes Pereira e Silva - servidor da Gerência de Processos e Riscos e João Hélio Martins Júnior - Chefe da Gerência de Processos e Riscos da Secretaria de Gestão Estratégica reuniram-se na Presidência do Tribunal para realizar a 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2018.

A Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José de Lourdes, cumprimentou os presentes, contextualizou a respeito da 3ª Reunião de Análise da Estratégia e passou a palavra para o Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, Platon Teixeira de Azevedo Filho, que declarou aberta a reunião.

Maria José informou que temos de praxe na última Reunião de Análise da Estratégia fazermos uma prestação de contas da Gestão. Esclareceu que fizemos um plano de gestão para nortear a gestão do biênio 2017/2019 e que a equipe da Secretaria de Gestão Estratégica fará uma breve prestação de contas para encerramento da

gestão. Informou ainda que, da elaboração do Plano de Gestão, elegeu-se alguns objetivos estratégicos que estavam com maior deficit de ações para alcance dos objetivos e os priorizou. Que o plano de gestão serviu de norte para todos os gestores e que está disponível no site do TRT, na aba Gestão Estratégica. Ressaltou também que foram prestadas contas trimestralmente das ações que foram executadas por todas as unidades, para cumprimento do plano de gestão, cujos relatórios foram divulgados na intranet. Informou também que compartilharam, os status das iniciativas para o alcance dos objetivos, por meio do Google Sheets. As planilhas compartilhadas com todos os gestores contém o status de cada iniciativa constante do Plano de Gestão. Passou em seguida a palavra para a servidora Wanice, para falar sobre o desdobramento da estratégia.

Wanice - Chefe da Seção de Planejamento

A servidora Wanice, chefe da Seção de Planejamento, iniciou informando a respeito dos três passos imprescindíveis para o alcance do resultado desejado. Informou que o foco da explanação seria o passo “Executar” e “Monitorar”. Informou que para o biênio 2017/2019 houve o projeto TRT para Todos, onde a proposta seria o desdobramento dos objetivos estratégicos, com consequente construção dos planos de contribuição, bem como a integração dos servidores. Que fizeram um levantamento do total das unidades do Tribunal e concluíram por 94 unidades, sendo 72 judiciais e 22 administrativas. Das 72, conseguiram realizar o desdobramento em 53 unidades judiciais, que corresponde a 74% do total, e 5 administrativas, que correspondem a 23% do total de 22. Informou também que trouxeram resultados de 4 Varas do Trabalho, comparando outubro de cada ano, tendo como ponto de partida 2016. Disse que o objetivo foi que todos pudessem visualizar os resultados e verificar se o plano de contribuição trouxe melhora significativa ou se os resultados foram mantidos ou piorados. Analisou inicialmente os resultados da 3ª Vara de Anápolis e demonstrou que para o Tempo Médio de Duração do Processo houve melhora significativa, bem como nos demais índices, quais sejam: Índice de Processos Julgados, Índice de Conciliação e Índice de Execução. Conclui-se, pois, que as ações traçadas foram bem pensadas e deram certo. Para Catalão, o Tempo Médio de Duração do Processo piorou, o Índice de Processos julgados apresentou melhora, bem como Índice de Conciliação e Índice de Execução. Na 2ª Vara do Trabalho de Goiânia, houve piora no Tempo Médio de Duração do Processo, enquanto que no Índice de Processos Julgados e Índice de Conciliação houve melhora. No Índice de Execução houve piora em 2017, mas em 2018 o resultado foi positivo. Na Vara do Trabalho de Rio Verde houve melhora significativa no Tempo Médio de Duração do Processo, bem como nos demais índices. Informou que podemos concluir que o plano de contribuição trouxe dentro da iniciativa do projeto do TRT para Todos, como uma das ações, o monitoramento, que seria feito por meio do Sistema Integrado de Gerenciamento, mas como não conseguiram concluir o SIG, o monitoramento se deu por meio de planilhas no Excel, o que dificultou o trabalho e perdeu-se em credibilidade e qualidade. E que isso prejudicou o feedback às unidades e consequentemente a adesão para execução da estratégia. Afirmou então ser imprescindível uma ferramenta que possibilite o monitoramento eficiente da execução.

João Hélio - Chefe da Gerência de Processos e Riscos

Em seguida, João Hélio, chefe da Gerência de Processos e Riscos, iniciou falando a respeito das principais entregas da unidade no biênio 2017/2019. Informou que houve uma atualização da cadeia de valor. Fez uma breve explanação a respeito de macroprocessos e processos, informando que processos seria a agregação das atividades realizadas no tribunal. Afirmou que há pendente uma segunda atualização da cadeia de valor, que será feita no início do próximo ano. Expôs também os dados de arquiteturas de processos e mapeamento de processos. Deu um exemplo de processo, que seria um conjunto de atividades interdependentes. Informou que passaram por todas as unidades administrativas e judiciárias do tribunal identificando os processos. Disse também que atualmente o índice de processos identificados está em 94%, mas

que fecharão o ano com o índice de 100%. Ressaltou que o número de processos mapeados ainda é baixo, devido ao alto número de processos que o tribunal possui, e que a ideia é de capacitar as áreas para que elas mesmas façam o mapeamento dos processos, e a unidade de Gerência de Processos e Riscos atue como unidade de consultoria. Expôs ainda os dados do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, informando que o resultado do item 2111 será alterado de 86% para 100% no próximo levantamento, e que estão executando outras atividades que impactarão positivamente nos outros itens. Por fim, mostrou as principais entregas da unidade no biênio 2017/2019, que são: Reformulação do portal da unidade, Criação da Política de Combate a Fraude e Corrupção, Atualização da Política de Gestão de Riscos, Criação do Manual de Mapeamento de Processos, Gestão de Riscos na Segurança Institucional, Gestão de Riscos em Contratações, que foi iniciada mas será finalizada no próximo ano, Mapeamento dos Processos do E-social, em conjunto com SGPe e Elaboração das Arquiteturas de Processos.

Wilane - Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa

O diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Wilane Carlos, iniciou dizendo que mostraria as principais entregas da unidade nos últimos 2 (dois) anos. Disse que a Divisão conseguiu melhorar alguns aspectos que são importantes para a gestão do tribunal, como por exemplo, os resultados das metas com faróis, separados por varas do trabalho e a divulgação dos processos pendentes das metas, que são importantes para os diretores terem uma lista dos processos que devem trabalhar para que as metas sejam cumpridas. Em relação ao Justiça em Números e Módulo de Produtividade, conseguiram melhoria na apuração de novas variáveis que surgiram principalmente este ano, bem como conseguiram automatizar alguns relatórios no e-Gestão. Conseguiram também modelar alguns processos, sendo 19 homologados e publicados do total de 31. Ainda com relação à otimização de processos, informou que apuram e publicam dados referentes aos Oficiais de Justiça. Mostrou no site da Gestão Estratégica os dados dos oficiais de justiça. Informou que publicaram ainda relatórios mensais sobre dados das metas, e trabalharam, em conjunto com a Secretaria-Geral Judiciária, na obtenção dos dados e publicação dos mesmos na Semana de Conciliação. Informou também que houve melhoria na criação de relatórios para apuração dos dados para o Justiça em Números, além da correção mensal das remessas do e-Gestão. Em relação ao Sistema PowerBI, utilizaram para gerar informações relativas aos processos participativos do Justiça em Números, que seriam os dados de audiência pública e questionários. Em relação ao projeto Horus18, informou que foi iniciado, e que este centralizará todas as informações estatísticas do Tribunal. Finalizando, mostrou uma figura do formulário da Semana de Conciliação, uma figura do Conciliômetro, e uma imagem com dados relativos aos oficiais de justiça.

Eliana - Seção de Projetos

A servidora da Seção de Projetos, Eliana, cumprimentou a todos e iniciou falando sobre o portfólio de projetos do Tribunal. Informou que nesta gestão que está sendo concluída, elencaram os projetos que estão em andamento, expondo tanto os projetos que se iniciaram nesta gestão quanto os projetos que foram iniciados na outra gestão, mas que foram concluídos na atual. Eliana informou que os projetos em andamento alimentaram os objetivos estratégicos do tribunal. Deu um exemplo do objetivo estratégico "Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania" que teve como ações ou projetos "Instalação da Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás", "Construção do Complexo Trabalhista de Goiânia - 1ª fase", dentre outros. Eliana destacou que alguns objetivos estratégicos tiveram muito mais ações ou projetos do que outros. Dr Paulo Pimenta questionou a respeito da cor verde dos projetos. Eliana informou que os projetos em verde são os que estão em andamento, e os projetos em

azul são os encerrados. Mencionou também os projetos encerrados com resultados positivos, bem como os encerrados sem conclusão, e também informou que 78% dos projetos foram encerrados com finalidade atingida, sendo que 22% não chegaram a atingir sua finalidade. Eliana expôs ainda uma situação geral do portfólio, sobre os projetos registrados no escritório de projetos do Tribunal, separando os dados de projetos por categoria: Estratégicos, Institucionais e Setoriais, especificando a quantidade, em cada categoria, dos que estão em andamento e os já encerrados.

A diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José, informou que, em seguida, seria apresentado alguns projetos de maior abrangência. Cleber Pires, Secretário-Geral Judiciário, fez uma observação a respeito dos projetos encerrados, informando que a Intimação Eletrônica via e-mail foi encerrada porque passou a ser realizada via sistema. Maria José passou então a palavra para Bruno Dib, Diretor substituto da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Bruno Dib - Diretor substituto da Secretaria de Gestão de Pessoas

O Diretor substituto da Secretaria de Gestão de Pessoas, Bruno Dib, iniciou informando que a intenção seria situar sobre a atual fase de desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências. Informou que houve iniciativas adotadas em outras gestões. Nesta gestão o impulso ocorreu a partir do meio deste ano, com a instalação do sistema Progecom, no âmbito da Justiça do Trabalho. Informou que outros regionais vinham desenvolvendo ações de gestão por competências, mas com sistemas próprios e utilizando de consultorias privadas. Informou que na 18ª Região, no segundo semestre, envolveram as áreas do Tribunal para que apresentassem as matrizes de competências primeiramente num processo administrativo, onde muitos responderam no segundo semestre. Há um mês tiveram uma reunião de conscientização e apresentação, com a presença da Coordenadora de gestão de pessoas do CSJT e Coordenadora de desenvolvimento de pessoas do TST no regional, onde se iniciou, após coletadas as competências, e inseridas no Progecom, a validação das matrizes. Ressaltou que esta validação está sendo feita há aproximadamente 20 dias, com previsão de conclusão até dia 31 de janeiro, de acordo com o cronograma, consistindo em chamar as unidades para validar as características dos postos de trabalho que inicialmente foram informadas pelo Sisdoc, e depois lançadas no Progecom. Informou que atualmente o projeto encontra-se em fase de validação das matrizes, sendo importante salientar o que vai possibilitar quando o projeto for concluído. Poderá envolver melhorias na avaliação dos servidores, na identificação dos gaps, ou seja, nas diferenças das características desejadas e características que os servidores detêm, no desenvolvimento dos programas de desenvolvimento individual e gerencial, nos processos seletivos, na formação de bancos de talentos, sendo este um dos primeiros efeitos verificados, e na formação futura de um banco de sucessores de cargos de gestão dos mais diversos níveis. Bruno ainda informou que este projeto é um dos mais importantes para o aumento do índice de Governança de Pessoas. Robinaldo, diretor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa, informou que a gestão por competências é transversal, perpassa por toda a administração. Dr Ricardo, Diretor-Geral, fez um esclarecimento a respeito do Progecom, informando que é um módulo do Sigep, desenvolvido pelo TRT de Pernambuco, que virou um módulo nacional. Informou ainda que os demais tribunais que desenvolveram outras soluções irão ter que se adaptar ao Progecom, que será um módulo nacional do Sigep. Bruno Dib finalizou informando que, utilizando o Progecom, temos uma posição de pioneirismo.

Márcia - Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social

A coordenadora da Comunicação Social, Márcia Bueno, Márcia iniciou falando sobre os desafios que tinham há 2 anos, quando foram convidados a desenvolver o plano de comunicação. Informou que, embora a Comunicação já desenvolvesse vários projetos, havia dificuldade com segmentação de conteúdo e tratamento diferenciado de informação para cada público interessado, e que até mesmo internamente temos público diferenciado com interesses diversos na informação, necessitando atualizar ferramentas de comunicação, simplificando o acesso e disseminando os meios de comunicação junto aos magistrados e servidores, já que muitas das vezes a ferramenta está disponível, mas o próprio magistrado e servidor desconhece as funcionalidades e o potencial de cada ferramenta. Em relação a regras de negócio, ainda estão aprimorando o que, quando e como publicar, sendo uma deficiência muito grande que tinham. Sobre as realizações, destacou a mudança de layout e reestruturação da página do TRT na Intranet, revisão de todo o normativo relativo à Comunicação Organizacional, elaboração e implementação de projeto de sinalização para o TRT 18. Destacou também a elaboração da ferramenta Bom Dia TRT, que permite segmentar, entregar e rastrear conteúdo, bem como reestruturação da Agenda telefônica, que agora informa função, localização, e mais detalhes de cada servidor e magistrado. Informou que anteriormente permitia apenas um servidor por ramal, e agora permite inserir vários servidores por ramal. Também expôs a adoção da ferramenta G-Suite, outro trabalho feito em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações. Falou sobre a importância de ter um meio de comunicação com os advogados, e implementaram a Newsletter. Expôs ainda o Clipping eletrônico, página Imprensa no Portal, Implantação do GLPI - Comunicação e fizeram grande parte do mapeamento de processos. Como entregas até o fim do ano, citou o plano de comunicação organizacional, plano de crise de imagem, e revisão da política de comunicação organizacional. Dr Cleber Sales, perguntou o que seria o plano de crise de imagem. Márcia respondeu que seria um plano que adota medidas e procedimentos, estabelecendo um comitê para responder com rapidez. Informou que primeiramente agiria de forma proativa para verificar vestígio de possível crise de imagem e posteriormente daria uma solução mais rápida possível a uma crise de imagem. Deu um exemplo do incêndio no TRT, onde conseguiram reverter uma situação calamitosa, mostrando para a sociedade as formas e meios para contorno da situação. Concluiu falando que também houve revisão da política de comunicação organizacional.

Cássia - Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos

A diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Cássia Kafuri, iniciou contextualizando sobre duas as etapas utilizadas na construção, sendo a segunda dividida em fases. Informou que tivemos um primeiro contrato, que foi da fundação das estruturas, que foi atingido pelo incêndio em 2015, mas nesta época já haviam feito a licitação da segunda fase, que foi o fechamento de toda estrutura e instalações, e como a mesma empresa ganhou, além de suportar toda a demolição e reconstrução do prédio, permanece na construção. Sobre a parte atingida pelo incêndio, informou que o contrato foi entregue em agosto deste ano, onde foi fechada a parte de estrutura dos dois blocos e concomitantemente a empresa estava fazendo a parte de fechamento. Informou que hoje há duas empresas no canteiro de obras: Porto Belo, trabalhando na finalização do auditório e do estacionamento e Concretiza, trabalhando no outro lado da obra. Informou que falta licitar a parte de acabamento dos blocos, onde estão na fase de orçamentação. Ressaltou que no início do ano deverá ocorrer a contratação. Apresentou as vistas do prédio e falou ainda sobre os contratos encerrados, em andamento e a contratar. Informou que há a previsão contratual de entrega do processo administrativo 006/2015

para maio de 2019 e do processo administrativo 019/2018 para junho de 2019. Informou também que ainda faltará a licitação para energização. Para finalizar, informou que precisaremos contratar o acabamento dos outros três blocos e reforma do edifício Ialpa. Expôs também que o fórum trabalhista foi inaugurado em 2012, disponibilizando 140 vagas de carros, e possui como área construída mais de 26 mil m², sendo que os novos blocos disponibilizarão 470 vagas de carros e 120 vagas de motos, tendo área construída de mais de 45 mil m². Mostrou fotos do plenário oval, e informou que está em fase de acabamento, onde estão fazendo um esforço para finalizar no início de 2019. Mostrou uma foto que retrata o estágio atual da obra.

Murilo - Diretor da Secretaria de Gerenciamento do PJE

O diretor da Secretaria de Gerenciamento do Pje, Murilo, falou sobre o Alvará Eletrônico, uma iniciativa que envolveu duas secretarias, a Secretaria de Gerenciamento do PJE e a Secretaria-Geral Judiciária, sendo um projeto que iniciou por determinação da antiga gestão. Informou que iriam evoluir para permitir a emissão de guias FGTS e GRU, mas há determinação da Corregedoria-Geral de que alvarás e cartas precatórias seriam emitidas exclusivamente por magistrados. Disse ainda que trabalharam para que o sistema abarcasse essa exigência, criando mais um perfil, de modo que houvesse três perfis no sistema: o que minuta o alvará, o que valida, e do magistrado, que envia. Ressaltou que entregaram recentemente estes itens, e irão iniciar a fase para liberação dos novos tipos de alvarás. Informou ainda que retirou um levantamento no dia anterior, e verificou que emitiram por volta de 14 mil alvarás, com um total pago de mais de R\$ 76 milhões, com previsão de até março entregar os outros tipos de alvarás, completando o outro ciclo de alvarás eletrônicos. Maria José informou que foi finalizada a prestação de contas, e passou a palavra para Suzana, para falar sobre os indicadores de sua responsabilidade.

Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Índice de execução do orçamento disponibilizado

A diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Suzana Lage, iniciou a apresentação esclarecendo como se dá o cálculo do indicador. Em seguida, expôs o orçamento total disponibilizado para o ano e o executado até 10/12/2018, pontuando cada ação orçamentária e sua respectiva dotação orçamentária atualizada. Que a previsão é que o resultado do índice alcance, desconsiderando o Complexo, 97% de execução nesse exercício.

Que a meta estabelecida nesse exercício, no âmbito da Justiça do Trabalho 18 é de 62% e no âmbito do TRT 18 é de 70%, pois assim ficou fixado pelo Comitê de Gestão Participativa e Estratégica. Informou que a linha base do indicador foi estabelecida no exercício de 2014 com base na média de execução dos exercícios 2011/2013. Ela foi fixada em 54,63%, e para os tribunais que atingiram até 80% na época, que foi o caso do TRT 18, a meta era crescer até 12% até 2020, então seriam 2 pontos percentuais a cada exercício. Que o tribunal só não atingiu em 2017 em razão da paralisação da obra, em 2015, que só foi retomada em 2016. Que nos outros exercícios a meta foi superada,

e que nesse exercício ela já foi superada em 3,34%.

Índice de cumprimento das metas previstas no Plano de Logística Sustentável

A servidora Lara, chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental, fez avaliação do terceiro trimestre, ressaltando que julho foi mês de férias e que ela acredita que isso influenciou nos resultados. No que concerne a variável combustível disse que conseguimos reduzir o consumo, se comparado com o segundo trimestre, embora ainda não esteja no verde. Quanto ao consumo de copos relatou que, tal como os dois primeiros trimestres, alcançamos a meta e que essa ela está subestimada. Que o consumo de água e de energia caminham juntos porque estão diretamente ligados à presença dos magistrados e servidores nas dependências do Tribunal. Que o consumo aumentou dado ao fato de que algumas unidades, para atender necessidade do Tribunal, estenderam suas horas de trabalho para além das 18hs, que o horário que muda a bandeira tarifária. Que os resultados revelam que os consumos de ambos aumentaram e que suas metas no Plano de Logística Sustentável são reduzir 25% em relação aos consumos do ano de 2015. Enfatizou, diante da pergunta do servidor Thiago Domiciano, que o cálculo das variáveis água e energia é baseado no respectivo consumo, ou seja, em m³ e kWh, respectivamente, e não no valor da fatura. Quanto a variável papel, asseverou que reduzimos ainda mais, tendo ultrapassado 20,3% da meta proposta e que acredita que a ação do Relatório de Impressão está diretamente ligada a esse resultado. No tocante a variável telefonia, não teceu maiores comentários, vez que a mudança somente ocorrerá no próximo exercício financeiro. Apresentou o resultado do indicador, qual seja: 95%, sendo que a meta é 85%. Enfatizou que têm estudos de novas formas de fornecimento de transporte aos servidores (ex.: compartilhamento - transporte individual privado por aplicativo), o que contribuirá para a redução do consumo de combustível. Fez uma demonstração do painel online do CNJ que mostra o consumo de todos os indicadores do Plano de Logística Sustentável dos órgãos do Poder Judiciário, o que possibilita realizar comparações entre as justiças do trabalho, estadual, eleitoral e outras.

Garantir infraestrutura física moderna e adequada

Índice de edificações da JT que possuem acesso à pessoa com deficiência

A diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos, Cássia Kafuri, informou que o índice, acumulado até novembro, foi de 87,86%, isso em função das novas varas do trabalho construídas. Que o resultado já superou a meta de 87,09%. Ressaltou que Goiatuba, Palmeiras de Goiás e Pires do Rio apresentam-se 100% acessíveis e houve instalação de sistema de voz nos elevadores do Fórum Trabalhista de Goiânia.

Quantidade de novas edificações concluídas

A diretora Cássia informou que a meta foi cumprida, com a entrega do prédio do Posto Avançado de Pires do Rio e da Vara do Trabalho de Goiatuba.

Quantidade de unidades ampliadas e modernizadas

Em seguida, informou que foram seis unidades entregues este ano: São Luis de Montes, Aparecida de Goiânia, Palmeiras, Posse, o anexo da Avenida Portugal e a ampliação do estacionamento de Goianésia. E que, portanto, a meta fixada foi cumprida.

Aprimorar e agilizar os trâmites administrativos

Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços

A servidora Thaís Artiaga, representou a diretora Maisa Bueno, tendo iniciado sua fala esclarecendo sobre a meta para 2018 do indicador, a qual foi de 70%. Que não conseguiram atingir, mas tiveram melhora em relação a 2017, conforme demonstra o gráfico apresentado. Ressaltou que estão empenhando esforços para conseguir atingir a meta até o final do ano. Apresentou três projetos que adotam para melhorar os resultados, quais sejam: Controle dos Prazos de cada etapa pelos chefes de seções; Implantação do SILC e Portaria que regulamenta os procedimentos relativos às contratações de bens e serviços no âmbito do TRT 18 (Portaria 3906/2018).

Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados

Marcelo Marques, diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, informou que não houve muitas mudanças desde a última RAE, enfatizando que a meta desse indicador começou em 30 dias, a qual foi reduzida para 25 dias, ainda na gestão do presidente anterior, Dr. Breno Medeiros. Que no primeiro trimestre de 2018 essa meta foi reduzida para 18 dias e que atualmente o resultado é de 8 dias. A partir dessas considerações, deixou a critério do Comitê de Gestão Participativa e Estratégica pela redução ou manutenção da meta. O Desembargador Vice-Presidente, Dr. Paulo Pimenta, sugeriu a meta de 15 dias, tendo em vista os resultados que esse indicador vem apresentando e, caso haja um incremento das aposentadorias dos magistrados, façamos a revisão dessa meta. Ficou decidido que a Gerência de Processos e Riscos manterá contato com a SCR para fazer o mapeamento do processo de aposentadoria dos magistrados.

Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo

O servidor Bruno Dib, representando a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, expôs que em 2017 tínhamos uma meta de 62,5% e conseguimos 71,04% de resultado. Que em 2018 a meta foi majorada para 70% e que o resultado, até o terceiro trimestre, é de 63,33%. Enfatizou que, a seu ver, o resultado do quarto trimestre, somado aos trimestres anteriores, possibilitará aproximar mais da meta proposta. Ressaltou que a principal iniciativa que adotaram para foi a compilação e análise das rotinas de trabalho do Núcleo de Ingresso e Gestão Funcional, com o fito de identificar oportunidades de melhoria para aumentar a quantidade de processos solucionados dentro do prazo. Salientou que a Secretaria foi bastante demanda, no presente ano, em razão de dois

grandes projetos nacionais, Folha Web e eSocial, e isso pode explicar, em parte, o não atingimento da meta traçada no início do ano.

Taxa de pleitos solucionados

O servidor Bruno Dib, representando a diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, no intuito de explicar o indicador, comparou-o a taxa de congestionamento, ou seja, que a medida de quantos processos solucionamos em face dos que entraram. Que, para esse indicador, a tendência é a melhora do resultado à medida que o ano vai caminhando, porque ele é medido trimestralmente e no início do ano temos muitos processos, mas que ainda não se teve tempo para solucioná-los. Que atualmente estamos em 89,79% em face da meta de 92%. Que há grandes chances de ficarmos muito próximos da meta este ano, após somar o resultado dos últimos três meses.

IgovPessoas

Ainda, o servidor Bruno Dib informou que, o recente resultado publicado pelo TCU, revela que estamos na faixa intermediário. Que tivemos recentemente uma palestra do auditor da TCU, em que se pontuaram diversas ações, as quais a Administração está se preparando para adotar, na área de Gestão de Riscos, Liderança e Avaliação da Alta Administração. Demonstrou que, de um modo geral, todos os demais respondentes do questionário do iGovPessoas estão no nível mais próximos da faixa inicial. E o que se ouve, inclusive do auditor do TCU que palestrou recentemente no Tribunal, é que dentre as áreas avaliadas a que chegou por último nesse processo de implantação de governança foi, justamente, a gestão de pessoas, em todo o Brasil, o que não foi diferente conosco. Que em 2017 o resultado do iGovPessoas, do nosso Tribunal, era de 31%, ou seja, estávamos na faixa inicial e que agora estamos na faixa intermediário, com 53%.

Agilizar o trâmite das execuções trabalhistas e fiscais

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Estimular a conciliação

Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Índice de processos julgados

O Desembargador Vice-Presidente, Dr Paulo Pimenta, ressaltou que essa meta em 2019 voltará a ser 100%, como foi em 2016. O diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Wilane Carlos, disse que, no 1º grau, houve aumento do índice de 16,4% em relação ao mesmo período do ano de 2017. E que no 2º grau, estamos cumprindo a meta, mas que tivemos redução de 2% em relação ao mesmo período de 2017. O Desembargador Presidente, Dr. Platon Filho, enfatizou sobre a queda do resultado de do mês de novembro (79,9%), tendo o Des. Paulo Pimenta informado que neste mês houve aumento expressivo de casos novos no 2º grau, tanto que no acumulado até outubro o comparativo com o ano anterior o 2º grau estava com uma redução de 3% e agora ele

superou aquele déficit e aumentou. Que unindo os valores de 1º e 2º graus, temos aumento do índice de quase 11% em relação ao mesmo período do ano passado, vez que o resultado do índice, até novembro, foi de 116,7%

Índice de processos antigos julgados

O diretor da DEP iniciou a apresentação esclarecendo que a meta desse indicador é de 90% e que o resultado acumulado, do 1º grau, até novembro foi de 97,7% e que desde fevereiro essa meta está cumprida. Que o 2º grau apresentou um bom comportamento quanto a essa meta e que desde janeiro já está cumprida. Por fim, o Des. Paulo Pimenta registrou que no próximo ano essa meta será de 92%, o que já foi decidido no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Índice de conciliação - Fase de conhecimento

Esclareceu que a Secretaria-Geral Judiciária, o Corregedor e a Divisão de Estatística e Pesquisa estão realizando várias ações com o fito de cumprir essa meta. Que o acumulado até novembro foi de 47,96%, com um déficit de 26 conciliações frente a soluções. Ainda, o Des. Paulo Pimenta evidenciou que, no ano passado, tivemos um índice de cumprimento de 93%, e que agora estamos com 99,9% até novembro. Mencionou que o índice de conciliação caiu, como efeito da reforma trabalhista e que estamos na iminência de cumprir todas as metas do 1º grau, mas talvez repita o desempenho do ano passado, isto é, chegar muito perto de alcançar a meta, mas não alcançar.

Índice de execução

Mostrou o aumento do índice, cujo resultado, acumulado até novembro, foi de 109%, registrando que houve um aumento de 28,4%, em relação ao mesmo período do ano passado.

Índice de ações coletivas julgadas

Esclareceu que, no 1º grau, o resultado do indicador, acumulado até novembro, foi de 98,2%, e que na última RAE (10/08/2018) precisávamos julgar 4 processos dentre 8 que estavam pendentes, os quais foram julgados. E que agora restaram outros 4 processos, que impactarão no cumprimento da meta do próximo ano. Que no 2º grau a meta já está cumprida, desde janeiro.

Índice de redução do acervo dos maiores litigantes

O Diretor da Divisão de Estatística e Pesquisa, Wilane Carlos da Silva, falou que no 1º grau, a meta já foi cumprida, cujo índice foi de 223,4%, registrando um aumento do índice de 95,3%, em relação ao mesmo período de 2017. Que no 2º grau não cumprimos a meta, apesar do aumento do índice de 58,5%, em relação ao mesmo período do ano passado. O Vice-Presidente, Dr. Paulo Pimenta, disse que a explicação para o desempenho insuficiente no 2º grau, é que o prazo regimental começa a contar a partir da distribuição e se o gabinete começar a subverter a ordem e der prioridade para o julgamento dos processos dos maiores litigantes isso pode comprometer o prazo legal.

Por derradeiro, pontuou que somando os dois graus de jurisdição, cumprimos a meta, com o índice de 173,2%. Em seguida, apresentou a lista dos maiores litigantes.

Tempo médio de duração do processo - 1ª instância - Fase de conhecimento

Iniciou a apresentação explicando sobre a polaridade negativa desse indicador, ou seja, quanto menor o índice melhor o resultado. Que o resultado acumulado, até novembro, foi de 142 dias, enfatizando que houve uma redução de 6 dias, em relação ao mesmo período de 2017. Que desde agosto o resultado vem apresentando uma melhora.

Tempo médio de duração do processo - 2ª instância

No tocante ao tempo médio de duração do processo no 2º grau, esclareceu, inicialmente, que nesse ano o cálculo passou a ser da autuação até o julgamento, o que baixou a meta para 100 dias. Que apesar do resultado acumulado, até novembro, estar em 112 dias, nos meses de julho, agosto e novembro ficamos bem próximos de cumprir a meta e que no mês de outubro a alcançamos vez que o resultado foi de 99 dias.

Wilane apresentou ainda um panorama geral, que mostra uma comparação histórica, informando que até novembro foram cumpridas 7 metas, sendo que uma está quase cumprida, que é a meta 3, e uma está no vermelho, que é o TMDP2. Salientou que estamos passando a cumprir mais metas no decorrer dos anos. Disse ainda que o comportamento anual é semelhante, há uma decrescente em relação às metas não cumpridas e crescente em relação às metas cumpridas, o que evidencia uma maturidade maior do tribunal em trabalhar com as metas. Trouxe ainda dados comparativos pré e pós-reforma. Comparando no 1º grau janeiro a novembro de 2017 com o mesmo período de 2018, há um decréscimo total de 26,3%. Informou que o rito sumaríssimo aumentou em 3,5% enquanto que o rito ordinário diminuiu quase 50%, onde foi verificada uma inversão. Disse que no ano passado tivemos uma quantidade maior no rito ordinário, e agora temos uma quantidade menor. Wilane informou ainda que após a reforma trabalhista a houve inversão. Wilane explicou que a partir de maio tivemos estabilização de casos novos no 1º grau. Apresentou também casos novos no 1º grau por comarca. Mostrou o mesmo comparativo, mas por vara. Informou que para quem desejar, podem disponibilizar os dados por whatsapp ou outra ferramenta. Em relação aos acordos, informou que o número de conciliações caiu em torno de 15%, soluções em torno de 10%, e o índice de conciliação caiu em torno de 5%. Mostrou ainda um gráfico tratando da evolução mensal dos acordos. Em relação ao 2º grau, informou que a Divisão de Estatística divulga mensalmente esta comparação pré e pós-reforma de 1º e 2º graus, e estavam divulgando até então alguns dados que eram alinhados aos valores das metas do CNJ, e estes valores, principalmente de solucionados e casos novos, possuem uma contagem diferente em relação a algumas outras visões de dados que o eGestão traz. Informou que para os casos novos, não há uma alteração significativa, todas as interpretações de dados trazem um aumento em relação aos casos novos de 2º grau, e informou que o problema está nos casos solucionados. Disse que os solucionados possuem duas visões, sendo que uma é das metas, que exclui os recursos internos, e outra visão, que inclui os recursos internos. Disse que caso sigamos a visão das metas, temos um decréscimo, e somando a visão dos recursos internos, temos um acréscimo. Ressaltou que o que causa esta diferença são os recursos internos, que subiram 11,3% na

comparação. Dr Paulo informou que o CNJ não conta isso para a meta. Wilane disse que podem passar a divulgar, retroagindo nos trabalhos feitos, considerando estas visões.

Fortalecer os processos de governança
Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida
Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC
IGovTIC-JUD - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC-JUD O diretor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa, Robnaldo, disse que em relação a este indicador, conseguimos alcançar 78% no nível de maturidade em infraestrutura, gestão e governança de TIC, o que nos dá um nível de maturidade aprimorado. Informou que isso nos dá uma classificação no segmento TRT's de 6º de 24, uma classificação no porte médio, considerando todos os segmentos de justiça, o 7º de 30 e classificação geral de 12º lugar de 92. Informou que, com folga, atingimos a meta na parte qualitativo (aprimorado), mas não atingimos no quantitativo. Que o Comitê de Gestão Participativa e Estratégica havia previsto fechar no 0,80 e fechamos no número 0,78. Alguns fatores foram preponderantes para não atingirmos a meta quantitativa fixada, que foi mudança da época na avaliação do questionário, que antes era setembro e agora passou a ser em junho. Que a portaria do sobreaviso seria suficiente para atingir o número 0,80. Informou que a sugestão para 2019 é 0,86, e que assim cumpriríamos a meta de 2019. Trouxe ainda uma análise crítica, informando que o Tribunal vem subindo gradativamente na nota, porém caindo de classificação em relação aos TRT's, órgãos de mesmo porte e na classificação geral, informando que há uma preocupação dos regionais em fomentar recursos para melhorar na nota e classificação obtida. O Des. Vice-Presidente, Paulo Pimenta, questionou o que os tribunais estariam realizando que poderíamos também realizar, já que também estão com problemas orçamentários. Robnaldo informou que proporcionalmente, para a área de TI, os recursos financeiros de outros tribunais são bem maiores e que os custos para melhoria da infraestrutura não são calculados tendo como relação um número de pessoas, sendo custos fixos.
IgovTI Robnaldo informou que atingimos 73%, que estamos no estágio de capacidade aprimorado, sendo o nível máximo, em termos qualitativos, que se chega no TCU. Em termos qualitativos, não temos mais o que melhorar. Poderíamos melhorar estabelecendo metas quantitativas, o que não temos. Mostrou o gráfico, em que nossa linha é azul. Em relação à média nacional, estamos acima em todos os pontos. Dr Paulo Pimenta questionou se seriam os mesmos investimentos neste indicador, e Robnaldo respondeu que não. Após, informou que este indicador é mais restrito, envolvendo apenas governança e gestão, não avaliando infraestrutura. Robnaldo sugeriu evolução de 3 pontos percentuais por ano, tendo meta de 0,76 em 2019 e 0,79 em 2020 para este indicador. O Comitê de Gestão Participativa e Estratégica concordou e ressaltou que temos que ir monitorando.
Índice de Governança - Igov

Robnaldo informou que estamos cumprindo a meta, sendo esta uma meta herdada do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Que passamos de 0,41 para 0,65, permanecendo na faixa intermediário. **Disse também que em 2019 em termos qualitativos também já estaríamos cumprido, e sugeriu mudarmos em 2019 nossa meta para aprimorado, visto que faltam apenas 5% para atingirmos 70%, sendo uma responsabilidade da nova Secretaria de Governança e Estratégia.** Sugeriu majorarmos a meta em 2019 para aprimorado, e na última Reunião de Análise da Estratégia do próximo ano possamos ver os aspectos quantitativos. Informou que algumas iniciativas foram feitas para atingir o nível aprimorado, enfatizando a parte de gestão de riscos, macroprocessos, uma resolução administrativa sobre sistema de governança institucional, política sobre delegação de competências e funções críticas, dentre outras. Informou que este aumento foi substancial.

Índice de qualidade de vida no trabalho

O diretor da Divisão de Apoio à Governança Corporativa, Robnaldo, informou que a pesquisa sobre clima organizacional ocorreu no mês de novembro e ficou a cargo da Divisão de Governança por meio de contratação externa. Informou que o projeto ainda está em andamento, mas a equipe de projeto já teve os resultados gerais. Disse que o próximo passo é decidir sobre a divulgação segmentada dessa pesquisa e os passos seguintes são os planos de ação. O presidente da Amatra, Dr Cleber Sales, registrou que o modo como se dará a divulgação é tão importante quanto a pesquisa. Informou que pensam em uma reunião com a Alta Administração para decidir o modo como se realizará a divulgação da pesquisa. Informou, ainda, que posteriormente haverá planos de ação para otimizar, melhorar os pontos mais fracos. A diretora da Secretaria de Gestão Estratégica, Maria José, registrou que a devolutiva da pesquisa juntamente com a reunião para o desdobramento da estratégia surte mais efeito, pois fica menos cansativo e as pessoas recebem melhor o resultado. Por fim, o diretor considerou que de maneira geral o resultado foi satisfatório e que a favorabilidade foi de 76%, acima, portanto, da meta estipulada para 2018 (68%). Ainda, pontuou que o índice de participação na pesquisa foi de 52%.

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania

Índice de satisfação do atendimento ao cliente

Cleber, Secretário-geral judiciário, informou que a pesquisa com o público externo ficou a cargo da Secretaria-Geral Judiciária, juntamente com a Divisão de Governança. Informou que deixou os resultados com Dr Platon e Dr Paulo, e que os critérios foram modificados. Disse que mencionou nas RAEs anteriores que era necessário esperar essa pesquisa para redefinir a meta, e já era esperado de que nesta pesquisa externa teríamos uma queda devido à abordagem que vinha sendo utilizada, o que pressionava resposta positiva. Informou que receberam a análise da empresa, e com base nos resultados preliminares, ter elementos para propor mudanças na meta. Informou ainda que outro item que interferiu no resultado foi a mudança das perguntas, sendo que houve inclusão e exclusão de questionamentos, o que também impactou no resultado. Informou que a consultora da empresa responsável pela pesquisa sugeriu modificação nos índices para melhor especificação das perguntas, já que o nome do índice não reflete a pesquisa que foi feita. Irão sugerir alteração dos nomes dos índices e da própria meta

Índice de satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados pelo TRT 18

Cleber Informou que devemos ter um índice separado, especificando melhor as perguntas. Informou que a proposta é separar o que é efetivamente atendimento, serviço, e a percepção do tribunal como um todo. Robnaldo perguntou se separaria naquele momento ou no comitê, e Cleber informou que faria isso no comitê. Finalizou que irão apresentar a proposta com base no resultado detalhado que a empresa vai fornecer.

Coeficiente de acessibilidade à jurisdição

Cleber informou que atingimos que é um índice que é definido de acordo com a quantidade de edições da Justiça itinerante. Só se altera substancialmente se houver a inclusão de uma cidade no projeto ou a inclusão de um posto avançado, o que não ocorre no momento.

Maria José informou que antes de passar a palavra ao Dr Platon encerrar oficialmente a RAE, está encerrando a carreira como servidora pública, agradecendo pelas oportunidades que foram dadas, confiança que foi depositada, e agradecendo especialmente à equipe e aos colegas, pelas parcerias feitas. Desejou ainda êxito e muita entrega ao jurisdicionado para a próxima gestão. Dr Paulo agradeceu Maria José, parabenizou o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Gestão Estratégica, todos do setor, e fez um reconhecimento público à toda dedicação nesse biênio, no projeto TRT para todos, que atingiu seus objetivos. Dr Paulo informou que foi uma grande realização de todos, e irão dar continuidade ao projeto. Dr Platon encerrou informando que procurou manter a estrutura que estava definida, agradeceu e parabenizou a todos.

Deu-se por encerrada a reunião às 17hs.

Eu, João Hélio Martins Júnior, servidor da Secretaria de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que, a seguir, foi assinada eletronicamente pelos magistrados e servidores presentes.

A S S I N A T U R A S

[Documento assinado eletronicamente por]

JOÃO HELIO MARTINS JUNIOR

CHEFE GEREN. FC-5

SUZANA LAGE FERREIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

GABRIELA BRITO DE CASTRO

CHEFE GEREN. FC-5

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

DIR DIV CJ-01

AUGUSTO CLAUDINO DIAS

CHEFE DE NUCLEO FC-6

MARIA JOSÉ DE LOURDES

DIR DE SECRET-CJ-3

RICARDO WEBSTER PEREIRA DE LUCENA

DIRETOR-GERAL CJ-4

WANICE CABRAL QUIXABEIRA

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

ELIANA BORBA RODRIGUES

sem cargo

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIR DE SECRET-CJ-3

HILBERTO EINSTEIN MENDES PEREIRA E SILVA

ANALISTA JUDICIARIO

MÁRCIA DIVINA BUENO ROSA

COORDENAD CJ-02

CÁSSIA MARIA SEBBA KAFURI

DIR DE SECRET-CJ-3

ELMO CÉSAR COEVAS LOUBET

DIR DE SECRET-CJ-3

MATEUS VARGAS MENDONÇA

ASSIST ADM FC-03

HUGO TIMO NETO

ASSESSOR CJ-3

THIAGO DOMICIANO DE ALMEIDA

ASSESSOR CJ-3

LARA CRISTINA NERCESSIAN DE BARROS

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

MARCOS BALDUÍNO DE OLIVEIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

HUGO DA SILVA DA SILVA

DIR DE SECRET-CJ-3

JORGE LUIS MACHADO

SEC OUVIDORIA FC-6

PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

WILANE CARLOS DA SILVA MASSARANI

DIR DIV CJ-01

JOELSON DA CONCEIÇÃO LISBÔA

DIR DE SECRET-CJ-3

KLEBER DE SOUZA WAKI

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

DIR DIV CJ-01

ADOLFO MEDEIROS

SEC.EXEC. SGP-CJ-2

CLEBER PIRES FERREIRA

SEC GERAL JUD CJ-4

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

MURILO DE BARROS CARNEIRO

DIR DE SECRET-CJ-3

RAFAEL RAMOS TAVARES

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

ADNÓLIA PEREIRA DE OLIVEIRA AIRES

CHEFE DE NUCLEO FC-6

BRUNO BARBOSA DIB

DIR DIV CJ-01

CLEBER MARTINS SALES

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

THAÍS ARTIAGA ESTEVES NUNES

CHEFE GEREN. FC-5

Goiânia, 19 de dezembro de 2018.